

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Findo em 31 de dezembro de 2014**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
Findo em 31 de dezembro de 2014**

Conteúdo:

✓ Apresentação.....	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho.....	pág. 06
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.....	pág. 08
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.....	pág. 24



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referente à auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014, informamos que a sede do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS – CREA-AL** foi visitada, e os documentos analisados no período de 20 de julho a 19 de agosto de 2015.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ **Apresentação**



APRESENTAÇÃO

EMPRESA DE AUDITORIA

- 1 – RAZÃO SOCIAL:** CONVICTA Auditores Independentes S/S
- 2 – ENDEREÇO:** Rua Santos Pacheco, 256, Centro – Maceió - Alagoas
55 (82) 3221-3799 / 3336-5479
- 3 – INSCRIÇÕES:** CNPJ/MF nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL 196 - CVM 7.706
CVM / BACEN / SUSEP / OCB / CNAI / IBRACON / IIA BRASIL / MP-AL
- 4 – AUDITOR:** Carlos Henrique do Nascimento
Contador – CRC/AL 3.376 | CNAI nº 594

ENTIDADE AUDITADA

- 1 – RAZÃO SOCIAL:** CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS – CREA/AL
- 2 – ENDEREÇO:** Rua Dr. Osvaldo Sarmiento, 22, Farol – Maceió – Alagoas – Cep 57051-510
- 3 – INSCRIÇÕES:** CNPJ/MF nº 12.156.592/0001-14
- 4 – PRESIDENTE À ÉPOCA:** Roosevelt Patriota Cota
- 5 – PRESIDENTE ATUAL:** Fernando Dacal Reis
- 6 – CONTADOR:** Selma Maria Lessa de Moura
CRC/AL nº 4.153



✓ Metodologia do Trabalho

METODOLOGIA DO TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a Auditoria, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para este tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos existentes na Instituição.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: operacional, contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos operacionais e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais; e
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas.



✓ **Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL
CNPJ 12.156.592/0001-14
BALANÇOS PATRIMONIAIS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

ATIVO		31-dez-14	31-dez-13	PASSIVO		31-dez-14	31-dez-13
ATIVO CIRCULANTE	Nota	499	687	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	524	541
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.c	394	626	OBRIGAÇÕES TRAB., PREVID. E ASSIST. A PAGAR		101	68
Bancos Conta Movimento		28	30	Pessoal a Pagar		-	-
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	4	364	596	Encargos Sociais a Pagar	10	101	68
Numerário em Trânsito		2	-				
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		26	17	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR		94	153
Demais Créditos de Curto Prazo	5	26	17	Fornecedores		3	76
ESTOQUE		75	44	Restos a Pagar	11	91	77
Almoxarifado	6	75	44	PROVISÕES DE CURTO PRAZO		315	298
DESPESAS ANTECIPADAS		4	-	Provisões Trabalhistas	12	315	298
Seguros e Assinaturas a Apropriar		4	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		14	22
				Consignações	14	14	22
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.795	5.148	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	5.770	5.294
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		657	657	Superávit (ou Déficit) Acumulado		5.355	4.791
CRÉDITOS DE LONGO PRAZO		657	657	Superávit (ou Déficit) do Exercício		415	503
Dívida Ativa Tributária	7	657	657				
IMOBILIZADO	8	4.601	4.491	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.294	5.836
Bens Móveis		2.068	1.958				
Bens Imóveis		2.533	2.533	ATIVO Financeiro		962	642
INTANGÍVEL	9	537	-	Ativo Permanente		5.332	5.193
Sistemas de Processamento de Dados		537	-	Passivo Financeiro		524	588
				Passivo Permanente		-	61
TOTAL DO ATIVO		6.294	5.836	SALDO PATRIMONIAL		5.770	5.186

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macário Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS

CREA-AL

CNPJ 12.156.592/0001-14

BALANÇOS FINANCEIROS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	31-dez-14	31-dez-13		31-dez-14	31-dez-13
ORÇAMENTÁRIA	5.283	5.022	ORÇAMENTÁRIA	5.398	4.730
RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS CORRENTES	5.283	5.022	DESPESAS CORRENTES	4.692	4.411
Receitas Tributárias	1.465	1.335	Pessoal e Encargos Sociais	3.227	3.059
Receitas de Contribuições	2.518	2.374	Uso de Bens, Serviços e Consumo	1.131	993
Receitas de Serviços	209	188	Despesas Financeiras	91	94
Receitas Patrimoniais	-	-	Transferências Correntes	88	97
Receitas Financeiras	186	142	Despesas Tributárias e Contributivas	5	17
Transferências Correntes	750	830	Outras Despesas Correntes	86	151
Outras Receitas Correntes	155	153	Demais Despesas Correntes	64	-
			RESTOS A PAGAR		
			Não Processados - Liquidados a Pagar	65	-
			DESPESAS DE CAPITAL	641	319
			Investimentos	641	319
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	10.763	8.557	EXTRA ORÇAMENTÁRIA	10.880	8.913
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		
Recebimentos Extra Orçamentários	10.763	8.557	Pagamentos Extra Orçamentários	10.880	8.913
DISPONIBILIDADE INICIAL	626	690	DISPONIBILIDADE FINAL	394	626
DISPONÍVEL			DISPONÍVEL		
Bancos Conta Movimento	30	458	Bancos Conta Movimento	28	30
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	596	232	Aplicações Financeiras de Curto Prazo	364	596
			Numerário em Trânsito	2	-
TOTAL	16.672	14.269	TOTAL	16.672	14.269

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macário Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL
CNPJ 12.156.592/0001-14
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

RECEITAS	2014 Previsão	2014 Execução	2014 Saldo	DESPESAS	2014 Dotação	2014 Empenhada	2014 Liquidadas	2014 Pagas	2014 Saldo
RECEITAS CORRENTES	5.434	5.283	151	DESPESAS CORRENTES	5.047	4.692	4.692	4.692	355
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES					
Receitas Tributárias	1.343	1.465	(122)	Pessoal e Encargos Sociais	3.312	3.227	3.227	3.227	85
Receitas de Contribuições	2.532	2.518	14	Uso de Bens, Serviços e Consumo	1.356	1.203	1.203	1.131	153
Receitas de Serviços	191	209	(18)	Despesas Financeiras	105	91	91	91	14
Receitas Patrimoniais	12	-	12	Transferências Correntes	136	93	93	88	43
Receitas Financeiras	144	186	(42)	Despesas Tributárias e Contributivas	14	5	5	5	9
Transferências Correntes	932	750	182	Outras Despesas Correntes	14	8	8	86	6
Outras Receitas Correntes	280	155	125	Demais Despesas Correntes	110	65	65	64	45
RECEITAS DE CAPITAL	375	-	375	DESPESAS DE CAPITAL	762	641	641	641	121
Saldos de Exercícios Anteriores	375	-	375	Investimentos	762	641	641	641	121
SOMA	5.809	5.283	526	SOMA	5.809	5.333	5.333	5.333	476
DÉFICIT	-	50	(50)						
TOTAL	5.809	5.333	476	TOTAL	5.809	5.333	5.333	5.333	476

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macário Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL
CNPJ 12.156.592/0001-14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS
FINADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ORÇAMENTÁRIA	31-dez-14	31-dez-13	ORÇAMENTÁRIA	31-dez-14	31-dez-13
RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS CORRENTES	5.283	5.179	DESPESAS CORRENTES	4.803	4.676
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições	1.465	1.316	Pessoal e Encargos Sociais	3.384	3.369
Receitas de Contribuições Sociais	2.518	2.393	Uso de Bens, Serviços e Consumo	1.219	993
Receitas de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	209	9	Despesas Financeiras	91	94
Receitas Patrimoniais	-	-	Transferências Correntes	104	97
Receitas Financeiras	186	419	Despesas Tributárias e Contributivas	5	17
Transferências Correntes	750	806	Outras Despesas Correntes	-	106
Outras Receitas Correntes	155	236			
			RESTOS A PAGAR	65	-
			Não Processados - Liquidados a Pagar	65	-
SOMA DAS VARIAÇÕES ATIVAS	5.283	5.179	SOMA DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	4.868	4.676
			RESULTADO PATRIMONIAL	415	503
			SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	415	503
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	5.283	5.179	TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	5.283	5.179

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macario Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS
CREA-AL
CNPJ 12.156.592/0001-14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	Notas	Superávit (ou Déficit) do Exercício	Superávit (ou Déficit) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012		783	4.008	4.791
Incorporação do resultado ao resultado acumulado		(783)	783	-
Resultado do exercício		503		503
Saldos em 31 de dezembro de 2013		503	4.791	5.294
Mutações do período		280	(783)	(503)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		503	4.791	5.294
Incorporação do resultado ao patrimônio social		(503)	503	-
Ajustes de exercícios anteriores	16		61	61
Resultado do exercício		415		415
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15	415	5.355	5.770
Mutações do período		88	(564)	(476)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macário Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS

CREA-AL

CNPJ 12.156.592/0001-14

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (ou Déficit) do exercício		415	503
Ajustes do lucro líquido do exercício			
Ajustes de exercícios anteriores		61	-
Lucro líquido do exercício ajustado		476	503
Variação nas contas ativas e passivas			
Ativas			
Demais Créditos de Curto Prazo		(9)	(12)
Estoque - Almoarifado		(31)	(34)
Despesas Antecipadas		(4)	-
Passivas			
Pessoal a Pagar		-	(178)
Encargos Sociais a Pagar		33	(121)
Fornecedores		(79)	73
Restos a Pagar		14	(129)
Provisões Trabalhistas		17	298
Consignações		(8)	11
Caixa gerado nas atividades operacionais		409	411
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens móveis		(641)	(319)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(641)	(319)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Divida Ativa Tributária		-	(157)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		-	(157)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(232)	(65)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.c	626	691
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.c	394	626
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(232)	(65)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macário Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS CREA-AL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares reais)

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas – CREA-AL é entidade de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituído serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, com sede e foro na cidade de Maceió e jurisdição no Estado de Alagoas, instituída pela Resolução nº 174, de 20 de dezembro de 1968, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

No desempenho de sua missão o CREA-AL é o órgão de fiscalização, controle, orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.

2. Apresentação das Demonstrações financeiras

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP estabelecem que as demonstrações financeiras sejam compostas por: balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, balanço financeiro, balanço orçamentários, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido (Resolução CFC nº 1.133/08 – NBC T 16.6), bem como que devem ser adotados os Princípios de Contabilidade para registro das operações (Resoluções CFC nºs 1.111/2007 e 1.367/2011).

As demonstrações financeiras do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 29 de junho de 2015.

3. Principais Práticas Contábeis

As operações foram contabilizadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e as previstas na Lei nº 4.320/64, dentre as quais se destacam as seguintes:

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional do CREA-AL e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local.



b) Apuração do Resultado

b.1.) Em conformidade com o Princípio de Contabilidade da Competência, as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, enquanto as receitas são contabilizadas com base no regime de caixa. Esse fato decorre especialmente da falta de integração dos sistemas (softwares) usados pela Entidade.

b.2.) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro, quando existentes.

b.3.) A contabilização dos recursos de convênios e parcerias, para execução de projetos e atividades, foram contabilizados no momento do respectivo recebimento, em Bancos Conta Movimento, e tendo como contrapartida conta de resultado (variação patrimonial ativa), ou seja, com base no regime de caixa, em consonância com as práticas contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, enquanto as despesas são contabilizadas com base no princípio da competência, ou seja, no momento do fato gerador.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Os valores são:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e Equivalente de Caixa		
Bancos Contas Movimento	28	30
Aplicações Financeiras	364	596
Disponibilidade em Trânsito	2	-
Total	<u>394</u>	<u>626</u>

d) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

f) Estimativa com Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A administração da Entidade entende que em função das características e especificidades das operações realizadas não se faz necessário à constituição da estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa.

g) Estoques - Almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição.



h) Imobilizado em Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, não sendo calculadas as respectivas depreciações acumuladas, por não existir levantamento patrimonial atualizado, avaliação e definição da vida útil dos bens patrimoniais.

i) Ativo Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto direitos incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, não sendo calculadas as respectivas depreciações acumuladas.

j) Redução do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

O CREA-AL, em função do exposto na letra “g”, dessa nota explicativa, não reconhece a perda de ativos que estão avaliados por valor não recuperável, ou seja, a Entidade ao final de cada exercício, não avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e também não reconhece contabilmente o ajuste.

k) Provisões e Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivos Contingentes:** de acordo com a NBC TG 25 (R1), o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e



- ✓ **Obrigações Legais:** provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

De acordo com a administração dessa Entidade, baseada em relatório dos seus assessores jurídicos, não houve necessidade de realizar provisão de contingências, no período de janeiro a dezembro de 2014.

l) Tributação

O CREA-AL é uma Entidade sem fins lucrativos, e tem suas atividades voltadas para órgão de fiscalização, controle, orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária do imposto sobre a renda, contribuição social e do ISSQN, em relação a tais atividades.

m) Aval e Fiança

Até o encerramento do exercício de 2014, a Administração da Entidade informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela Entidade.

n) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que viesse a requerer ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

4. Aplicações Financeiras de Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de aplicações estava assim composta:



	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco do Brasil - Poupança	241	384
Banco do Brasil - Aplicação PRODAFISC	-	166
Banco do Brasil - Aplicação PROG. DE REP. INST.	-	22
Banco do Brasil - Aplicação AUDITORIA	1	24
Banco do Brasil - Aplicação EST. TECNOLOGICA	5	-
Banco do Brasil - Aplicação PRODACOM	50	-
Banco do Brasil - Aplicação PRODACOM II B PRODAFIN	67	-
Total	<u>364</u>	<u>596</u>

5. Demais Créditos de Curto Prazo

Nesse subgrupo são registrados tributos a recuperar, diversos responsáveis e adiantamentos de férias, e estava composto, em 31 de dezembro de 2014, da seguinte forma:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Diversos Responsáveis	14	11
Adiantamentos de Férias	12	6
Total	<u>26</u>	<u>17</u>

6. Estoques - Almoxarifado

Nesse subgrupo são registrados os valores dos estoques de materiais de consumo, conforme apresentado no quadro a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Material de Consumo	75	44

7. Créditos de Longo Prazo – Dívida Ativa Tributária

Refere-se a dívida ativa decorrente de anuidades, em 31 de dezembro de 2014, e que foi lançada com base em relatório da assessoria jurídica do CREA-AL, e apresentava o seguinte valor naquela data:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida Ativa Tributária - Anuidades	657	657

No exercício findo em 31 de dezembro 2014, não foi inscrito nenhum valor na dívida ativa tributária da Entidade.

8. Imobilizado de Uso

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:



	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>31/12/2013</u>
Bens Móveis				
Móveis e Utensílios	507	14	-	493
Máquinas e Equipamentos	337	180	-	157
Veículos	803	334	-	469
Equip. de Processamento de Dados	421	119	537	839
Sub-total	2.068	647	537	1.958
Bens Imóveis				
Edifícios	2.410	2.086	-	324
Terrenos	123	-	-	123
Obras em andamento	-	-	2.086	2.086
Sub-total	2.533	2.086	2.086	2.533
Total	4.601	2.733	2.623	4.491

9. Intangível

O intangível é composto por sistemas de processamento de dados, e que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentava a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Sistemas de Processamento de Dados	537	537	-	-

10. Encargos Sociais a Pagar

Nesse subgrupo apresentam-se as obrigações com INSS, FGTS, PIS e IRRF, e que, em 31 de dezembro de 2014, estava assim composto:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
INSS - Entidade	58	-
INSS - Prestador de Serviços	1	2
FGTS	19	13
INSS - Parte Segurados	-	33
IRRF	22	18
PIS/PASEP	1	2
Total	101	68

11. Restos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014, esse subgrupo estava representado por restos a pagar de 2011, 2012 e 2014, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Restos a Pagar de 2011	3	62
Restos a Pagar de 2012	11	15
Restos a Pagar de 2014	77	-
Total	<u>91</u>	<u>77</u>

12. Provisões Trabalhistas

As provisões de férias e décimo terceiro salário foram constituídas no exercício de 2014. As provisões trabalhistas, em 31 de dezembro de 2014, estavam assim representadas:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Férias	238	220
INSS	54	48
FGTS	21	26
PIS/PASEP	2	4
Total	<u>315</u>	<u>298</u>

13. Provisões e Contingências Judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, havia um processo trabalhista (Proc. 0001117-44.2012.5.19.0004 - 4ª Vara), movido contra a Entidade, cuja perda foi avaliada como provável, pela assessoria jurídica, e que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação dessa obrigação, no valor de R\$ 13 mil, e que foi mensurado com suficiente segurança, entretanto não foi registrado contabilmente por decisão interna da Entidade, em função da pouca representatividade do valor.

14. Consignações

As consignações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estavam assim compostas:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Vale Transporte	4	4
Ação Alimentos	4	4
Caixa de Assistência do CREA/AL	4	11
Sind. Func. Cons. Ord. Fisc. Exerc. Prof. de Alagoas	2	2
Outras Consignações	-	1
Total	<u>14</u>	<u>22</u>

15. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da Entidade, era de R\$ 5.770 mil, enquanto na mesma data do exercício de 2013, era de R\$ 5.294 mil. No exercício de 2014 a Entidade apresentou um superávit de R\$ 415 mil (R\$ 503 mil em 31 de dezembro de 2013).



16. Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Entidade realizou ajustes de exercícios anteriores no valor R\$ 61 mil, decorrente de receitas não registradas no exercício de 2013.

17. Outras Informações - Seguros

A Entidade tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente, pela administração, para cobrir eventuais riscos.

18. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

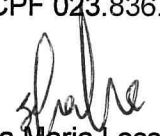
No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Entidade apresentou a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. Contudo, de forma complementar, a seguir é apresentada a citada demonstração financeira pelo método direto.



FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31-dez-14	31-dez-13
INGRESSOS	16.046	13.578
RECEITA CORRENTE	5.283	5.021
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.465	1.335
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.518	2.374
RECEITA DE SERVICOS	209	188
FINANCEIRAS	186	142
TRANSFERENCIAS CORRENTES	750	830
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	155	152
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	10.763	8.557
DESEMBOLSOS	15.637	13.324
DESPEZA CORRENTE	4.692	4.411
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.227	3.059
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.465	1.352
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	65	-
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	10.880	8.913
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	409	254
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	(641)	(319)
DESPEZA DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS	641	319
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(641)	(319)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(232)	(65)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	626	691
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	394	626
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(232)	(65)

Roosevelt Patriota Cota
Presidente
CPF 035.997.104-06

Ismar Macário Pinto Junior
Diretor Financeiro
CPF 023.836.864-50


Selma Maria Lessa de Moura
Contadora - CRC/AL 4.153
CPF 842.608.404-44



✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Diretores do
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS – CRE-AL
Maceió - Alagoas

Examinamos as demonstrações financeiras do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de variações patrimoniais, do balanço financeiro, do balanço orçamentário, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emanadas da Lei nº 4.320/64, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CREA-AL**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras

(I) Fomos designados como auditores independentes, do **CREA-AL**, em 07 de abril de 2015; portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques para o levantamento do balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2014, bem como não foi possível confirmarmos a adequação do saldo (R\$ 75 mil), ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, e consequentemente dos seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras findas naquela data.

(II) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS**, contabilizou suas receitas pelo regime de caixa, no momento do recebimento, portanto em desacordo com o Princípio de Contabilidade da Competência (Resoluções CFC nºs 750/93, 1.111/07, 1.282/10 e 1.367/11) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme exposto no item "b.1" da nota explicativa 3. Não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

(III) O **CREA-AL**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não possuía informações, controles e levantamento atualizados, das classes do bens patrimoniais do seu ativo imobilizado, cujo saldo naquela data totalizava R\$ 4.601 mil, bem como no tocante as respectivas depreciações e amortização do ativo intangível, conforme exposto nos itens "h" e "i", respectivamente, da nota explicativa 3. Portanto, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os saldos contábeis dessas contas, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data. Como comentado no item "j" da nota explicativa 3, a Entidade não realizou a análise e teste quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível. A ausência da análise e teste, pelo **CREA-AL**, constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda; consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre os referidos saldos contábeis, bem como os efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.

(IV) O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não registrou a provisão de ação trabalhista, conforme exposto na nota explicativa 13; portanto, em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Consequentemente, naquela data, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em aproximadamente \$ 13 mil.

Opinião com Ressalvas sobre as Demonstrações Financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos de "Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras", itens de "I" a "IV", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas emanadas da Lei nº 4.320/64.

Ênfase

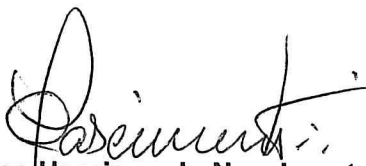
Chamamos à atenção para a nota explicativa 3, item "b.3", às demonstrações financeiras, que descreve a forma de contabilização dos recursos de convênios e parcerias, para execução de projetos e atividades. Nossa opinião não contém modificação quanto a esse assunto.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações de variações patrimoniais, do balanço financeiro, do balanço orçamentário, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, referentes ao exercício findo naquela data, que estão sendo apresentadas pela Administração do **CREA-AL** como informações suplementares e comparativas, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório com ressalvas, datado em 26 de março de 2014, em síntese sobre: (I) contabilização das receitas pelo regime de caixa, portanto em desacordo com o Princípio de Contabilidade da Competência (Resoluções CFC nºs 750/93, 1.111/07, 1.282/10 e 1.367/11) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (II) ausência de informações, controles e levantamento atualizados, das classes do bens patrimoniais do seu ativo imobilizado, bem como no tocante as respectivas depreciações.

Maceió/AL, 19 de agosto de 2015.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL - nº 196 – CVM 7.706



Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL- nº 3.376 | CNAI 594